



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA BETÂNIA DE LIMA ALVES

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EDUCADORES DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE A
EXPERIÊNCIA DOCENTE**

**GUARABIRA
2014**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA BETÂNIA DE LIMA ALVES

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EDUCADORES DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE A
EXPERIÊNCIA DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Verônica Pessoa
da Silva

GUARABIRA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A474c Alves, Maria Betânia de Lima

A construção da identidade dos educadores da educação de jovens e adultos [manuscrito] : reflexões sobre a experiência docente / Maria Betania De Lima Alves. - 2014.
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Verônica Pessoa da Silva, Departamento de
Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Memórias. 3.
Educador. I. Título.

21. ed. CDD 374



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA BETÂNIA DE LIMA ALVES

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EDUCADORES DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE A
EXPERIÊNCIA DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 17/09/2014.

Verônica Pessoa de Silva.

Prof^ª Dr^ª Verônica Pessoa da Silva / UEPB
(Orientadora)

Débora Regina Fernandes Benício

Prof^ª Ms. Débora Regina Fernandes Benício / UEPB
(Examinadora)

José Otávio da Silva

Prof^ª Ms. José Otávio da Silva / UEPB
(Examinador)

Aos meus amados e inesquecíveis pais Francisco e Eugênia (em memória), na certeza de que onde estiverem estão felizes pela minha realização, DEDICO.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a Deus, primeiramente, pois sem Ele nada seria possível.

Aos meus filhos, Joãozinho, Iran, Jonas e Bruna pelo carinho, atenção e contribuição na concretização desta graduação.

Aos meus irmãos e irmãs Severino, José, Zuleide, Celina, Severina, Ivan, em especial ao meu irmão Nanan e minha irmã Gelza (em memória), pois, sem dúvidas, onde estiverem estão felizes por esta vitória e conquista.

Ao meu sobrinho Landerson que se tornou, para mim, um filho amado.

Ao meu esposo Júnior pelo apoio e compreensão

A minha querida neta Janielly que, por muitas vezes, foi minha inspiração.

A minha sogra Odete pelo apoio, agradeço de forma especial.

Ao meu sogro Manoel (em memória), pelo carinho que me tinhas.

As minhas tias Maria de Souza e Vininha que sempre me tem em suas orações.

As minhas inesquecíveis amigas que compartilharam comigo momentos bons e difíceis: Sônia Aparecida, Maria de Fátima e Josefa Claudino.

A minha professora e orientadora Verônica Pessoa da Silva, pela paciência e dedicação.

Aos docentes que, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, contribuíram de forma efetiva no decorrer do meu processo de aprendizagem.

Aos cunhados e cunhadas pelo incentivo.

Aos sobrinhos e sobrinhas pelos quais tenho grande carinho.

A Wellison Fideles, meu genro, que sempre me apoio nesta jornada, junto a Bruna, que esteve ao meu lado em todos os momentos, inclusive de dificuldades.

A Sandra Paulino pela dedicação e apoio sempre que precisei.

As colegas de trabalho pela compreensão relativa às vezes que necessitei me ausentar.

A todos os meus familiares, amigos (as), colegas e vizinhos que torcem pelo meu sucesso.

Aos que neste foram citados, quero dividir a alegria de me torna PEDAGOGA.

Educação (...) refere-se ao processo de 'construir a própria vida', que se desenvolve em relações entre gerações, gênero, grupos raciais e sociais, com intenção de transmitir visão de mundo, repassar conhecimentos, comunicar experiências.

(Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva).

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DOCENTE

ALVES, Maria Betânia de Lima

RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre a importância na construção da identidade dos educadores da Educação de Jovens e adultos. Procura situar o contexto em que vem se desenvolvendo a EJA, bem como as concepções, avanços e desafios desta modalidade educativa. Resgata a importância do reconhecimento do direito dado para as pessoas a alfabetização e a escolarização, compreendendo que sua violação expressa nos diversos preconceitos contra o analfabeto não permitem a realização de um desenvolvimento social pleno. Para construir este estudo, fizemos uso de uma pesquisa com caráter bibliográfico, aliado a nossa vivência e percepção enquanto educadora da EJA. Os resultados reforçam a importância da EJA e de considerar os elementos da identidade dos educandos, revelados em suas memórias e histórias de vida para uma atuação mais crítica e consciente nesta área de saber.

PALAVRAS-CHAVES: Educação de Jovens e Adultos. Memórias. Educador.

SUMÁRIO

1 RECOMENDO MEMÓRIAS.....	10
2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	11
2.1 A realidade da demanda por Educação de Jovens e Adultos.....	13
2.2 Concepções, avanços e desafios.....	15
2.3 O direito à alfabetização e sua violação.....	16
3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO HUMANIZAÇÃO DO SER HUMANO.....	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
5 REFERÊNCIAS.....	24

1 RECOMPONDO MEMÓRIAS:

Falar sobre a Educação de Jovens e Adultos, para mim, é muito relevante, apesar de muitos considerarem a EJA como uma modalidade de ensino sem muita importância, esta se tornou em uma possibilidade concreta de ler, escrever e compreender meu lugar no mundo.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a memória no processo formativo e na prática pedagógica dos (as) professores (as) da EJA.

No ano de 1986, senti a necessidade de trabalhar, logo parei de estudar. Precisava ser uma pessoa independente e não dava para conciliar trabalho e estudo. Após alguns anos, casei, criei meus filhos. Quando estes se tornaram independentes retomei meus estudos que havia deixado de lado, embora fosse algo tão essencial para minha vida, pessoal, profissional e para o meu desenvolvimento intelectual. Mediante esta atitude, caminhei rumo à minha qualificação profissional, pois me sentia ultrapassada no que se refere aos conhecimentos científicos, mas, apesar disto, continuava a sonhar em qualificar-me na área educacional (professora). Queria mostrar para os meus filhos a importância de estudar, pesquisar, obter novos conhecimentos. Então no ano de 2008, resolvi me matricular na EJA e, ao contrário do que já havia ouvido falar encontrei docentes competentes e comprometidos com a profissão, mesmo com a precariedade dos materiais didáticos e da estrutura física da escola.

Retomei os estudos no Ensino Médio. Tive o prazer de encontrar docentes que foram de fundamental importância para que, hoje, me encontre concluindo o Curso de Pedagogia. Logo, ao concluir o Ensino Médio, fui aprovada no vestibular. Devo esta aprovação exatamente a modalidade EJA, pois algumas pessoas de uma forma preconceituosa falavam que EJA significava “estes jamais aprenderão”. Sei que visões preconceituosas como esta repercutem na falta de estímulo pessoal, não importa a classe social que este indivíduo esteja inserido, nem tão pouco à modalidade de ensino na qual esteja concluindo sua formação.

Hoje me sinto realizada, atuando como alfabetizadora do PBA (Programa Brasil Alfabetizado). Só tenho a agradecer a Deus, primeiramente, e a EJA, uma educação básica para Jovens e Adultos, de classe popular, mas que, através dela, podem-se mudar os rumos de uma história, a partir do momento em que lá encontramos bons profissionais.

Assim, a partir de minhas experiências pessoais, resolvi fazer este trabalho tomando a EJA como referência, principalmente pelo fato de que esta modalidade possibilita ao educador uma formação humana, voltada para a vida.

Minhas memórias foram e são de fundamental importância para a busca de alcançar novos horizontes. Ele tem papel importante na medida em que consegue fortalecer a busca do saber, de como diz Freire (1987, p. 33), “ser mais sabido e mais gente”.

2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação, reconhecida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394/96. A LDB em questão assegura o direito de oferta de educação regular para o público jovem e adulto, com características e modalidades que se adequem às necessidades deste público, principalmente dos que trabalham, garantindo-lhes o acesso e a permanência na escola. É o que podemos constatar no artigo 4º desta lei, quando afirma que o dever do Estado com a educação escolar pública para jovens e adultos se efetivará mediante a garantia de:

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996, p. 2).

A Educação de Jovens e Adultos está destinada aos que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade tida como regular. A Educação de Jovens e Adultos é constituída como modalidade específica por criar oportunidades apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e trabalho de acordo com as necessidades do público desta modalidade de educação. Fica a cargo dos sistemas de ensino assegurar a oportunidade de acesso a Educação de Jovens e Adultos:

§ 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, p. 15)

Além disso, em Gadotti (2011) foi possível uma melhor compreensão relativa à Educação de Jovens e Adultos. Segundo o autor, esta modalidade de ensino possibilita ao aluno ler, escrever e compreender a língua nacional, também obter domínio dos símbolos das operações matemáticas básicas. Na verdade, esta modalidade de ensino é aquela na qual o aluno passa a ser conhecedor do que acontece na realidade do seu mundo, ou seja, do seu contexto social e de vida. Os educandos, ao ingressarem na EJA, aliam seus conhecimentos e experiências de vida aos saberes que adquirem por meio

desta modalidade de ensino e, isso, os permite tornaram-se cidadãos críticos, participativos e formadores de opiniões. Logo, uma pessoa em meio à sociedade, conhecedora dos seus direitos pode reivindicá-los.

Nos dias atuais é possível perceber diversas cenas relativas ao preconceito contra o analfabeto, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, pois se a pessoa que procura uma vaga de emprego for analfabeta, muitas vezes, é descartada, como se a falta da leitura tornasse o sujeito incapaz de exercer qualquer função.

2.1 A realidade da demanda por Educação de Jovens e Adultos.

Pode se perceber que a procura pela EJA é muito grande, chegando a ultrapassar o ensino regular. É observado também que a procura por escolarização varia muito entre as zonas rural e urbana, regiões geográficas, faixas etárias e sexo. Acredita-se que esta procura ocorre pela estrutura setorial de emprego e competitividade do mercado de trabalho local. Na verdade a realidade atual requer profissionais qualificados para o mercado de trabalho, deixando de fora aqueles cujo perfil é de baixa escolaridade.

Logo, as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar no ensino regular têm como solução, esta modalidade, na perspectiva de concluir seus estudos, mesmo que sejam apresentados em sala conteúdos resumidos, mas, muitas destas pessoas este conteúdo faz a diferença, os conduzindo a sonhar e ir mais além, a exemplo dos cursos de nível superior.

Porém, desde a sua constituição, a Educação de Jovens e Adultos - EJA vem passando por diversas dificuldades. Uma delas é a visão restrita desta modalidade como alfabetização. Para muitos a EJA já foi compreendida como, simplesmente, assinar o nome, para que estes jovens e adultos exercessem seu voto. Provavelmente, esta classe dominante sente-se ameaçada a partir do momento em que a classe proletária passa obter melhor conhecimento através da educação, podendo assim ser cidadã, crítica e com plenas condições de reivindicações dos seus direitos.

Ao que se pode constatar o analfabetismo tem nome, rosto e expressão, associando aos níveis mais elevados de exclusão social, envolvendo as

camadas mais pobres da população brasileira. Para Darcy Ribeiro (1977, p. 58):

(...) a maior parte dos analfabetos está concentrada nas camadas mais velhas e mais pobres da população. E daí ele conclui que erradicação do analfabetismo – ou erradicação dos analfabetos – é questão de uma não demorada espera, porque os mais velhos e mais pobres [...] pessoal que vive pouco, porque come pouco. Logo morrerá. Estacando-se a fonte do analfabetismo, isto é, alfabetizando todas as crianças na idade própria, o sacrifício de algumas gerações (de mais velhos e mais pobres) criará um país, 'aí pelo ano 2000', asséptico de analfabetos e de pobres”.

Outro ponto que chama atenção é o fato de que, para que haja o fim do analfabetismo, a melhor solução, para muitos na época, seria a morte dos analfabetos. Uma das medidas importantes no enfrentamento do analfabetismo é uma melhor distribuição de renda e ampliação das oportunidades educacionais. Além disso, se faz necessário haver melhores condições para que os docentes possam exercer sua profissão com menos problemas, pois se receberem um salário digno, com recursos adequados, a tendência será de melhor desempenho, tanto para o educador como para o educando, pois a falta de recurso desestimula o professor e até mesmo o aluno.

É possível observar que a maioria dos professores que atuam na EJA, não tem qualificação, não estão preparados para a área específica. Na realidade, geralmente são professores leigos ou que pertencem ao corpo docente de ensino regular. É observado também que, além da falta de qualificação a remuneração é precária, assim também as condições de trabalho. Nota-se que a EJA não tem recebido uma melhor atenção em se tratando de qualificação profissional, também na remuneração e recursos didáticos. Por consequência destes fatores, não pode haver um ensino de qualidade, pois para que isso aconteça deverá existir um corpo docente qualitativamente preparado para exercer suas funções.

2.2 Concepções, avanços e desafios:

Observa-se no texto orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais que, nos últimos anos aconteceram rápidas transformações sociais, tornando urgente a elaboração e a implantação de políticas públicas voltadas para a juventude, como garantias de seus direitos, dentre eles a educação. É observado que a EJA consegue ganhar destaque na agenda das políticas públicas brasileiras. Sabe-se que a Lei nº9.394/96 estabelece oferta de ensino noturno regular adequado as condições do educando. Vemos também que é de direito, a partir desta mesma Lei a “oferta de educação escolar para jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

Entende-se que a oferta está acobertada por lei e que educação é direito de e para todos sejam mulheres e homens brancos, jovens, indígenas, adultos e idosos, não podendo ser vista como favor, mas direito sendo possível observar conforme expressa na declaração de Hamburgo (1997) e nas diretrizes curriculares nacionais desta modalidade de acordo com a resolução CNE - CEB N° 1/2000, como direito de todos os cidadãos que não iniciaram ou não completaram sua escolaridade básica por diferentes motivos.

A EJA, na atual Constituição brasileira, garante o direito ao ensino fundamental obrigatório, inclusive para jovens e adultos. Pode-se entender que esse direito favorece a pessoa no seu desenvolvimento pleno, logo, estando preparada para exercer seu papel de cidadã, também se qualificando para o mercado de trabalho. Conforme Vólvio (2003) quando estes jovens e adultos puderem entender e usar os conhecimentos no cotidiano e para isso precisam “desenvolver novas habilidade e criar novas motivações para transformarem-se a si mesmos, interessar-se por questões que afetam a todos e intervir na realidade da qual fazem parte, simultaneamente ao aprendizado da escrita” (VOLVIO, 2003, p. 101).

2.3 O direito a alfabetização e sua violação:

Relativo ao tema em pauta é observado que o direito a alfabetização existe, mas que é violado a partir do momento em que o indivíduo por necessidade de trabalhar. Alguns, por outros motivos, deixam de estudar, outros nem chegam a ir escola, ou seja, o que conseguem aprender é apenas o seu nome ou, em alguns casos, não podem dar continuidade aos estudos, tornando-se analfabetos funcionais. Pode ser percebido que em sua grande maioria os analfabetos são pessoas oriundas do campo, de município de pequeno porte de famílias numerosas e pobres, da falta escolas na zona rural, de pessoas que trabalhavam desde cedo para ajudar a família e etc.

Vejamos alguns relatos:

Eu tive dificuldade para estudar porque desde a idade dos dez anos minha profissão era trabalhar, porque nós era dez irmãos e meu pai sempre foi doente, então muita coisa que eu fiz na vida foi trabalhar de mais até hoje, era difícil ir na escola, foi mais por causa disso, não podia também tinha que trabalhar pra pôr as coisas em casa. (Silvânia, Goiás apud ABRAMOVAY e ANDRADE, 2005, p.149.)

Além disso:

Eu fui a escola e só aprendi régua na mão, de castigo. Mas, por que? por causa dos meninos, porque eu raspei a minha cabeça e os colegas ficaram me zombando. E a gente ia para a diretoria, onde tinha uma palmatória eu achava ruim e elas me colocavam de joelho no milho. (Arapiraca, Alagoas apud BRASIL, 2003, p. 09)

Acredita-se que o preconceito se dá devido à migração, pois muitas pessoas deixam as zonas rurais e passam a morar nas cidades, logo são vistas e prejudicadas pelos dominantes como roceiros pobres, negros, nordestinos, iletrados e falantes de variedades desprestigiadas da língua portuguesa. São os próprios analfabetos que vêm no olhar das pessoas escolarizadas, das metrópoles. Este tipo de preconceito reforça a idéia do analfabeto como um ser incapaz de aprender e tomar decisões conscientes. Isto faz com que muitos se sintam assim e os afasta da escola, pois embora reconheçam a necessidade de se alfabetizar, ao mesmo instante o medo e a vergonha do recomeço os impedem de avançar.

Para Josefa (Baiana):

(...) Acho que sempre é uma coisa difícil. Você é rude, você não sabe nada. Você não sabe falar. Todo mundo ignora, todo mundo dá risada quando você fala errado. Então até você se adaptar, até as pessoas acostumarem com seu modo de ser é muito difícil. E o pessoal daqui discrimina muito. Baiano, Nordeste é burro, não sabe falar, não sabe se vestir. Então eles discriminam muito, é muito difícil a relação assim, sabe? (Josefa, 20 anos, Oriunda de Piancó, Bahia, residente em São Paulo apud VÓIVIO, 1999, p. 77).

Torna-se desumano a forma pela qual os migrantes são conceituados pela sociedade dominante por serem analfabetos ou por possuir pouca escolaridade. Isto acontece possivelmente, pelo preconceito que existe não de alguns anos para cá, mas desde séculos passados. As pessoas não devem sentir vergonha, nem tão pouco sentirem-se diminuídas ou que não tem saberes, pois, sabe-se que não existe saberes maiores ou menores, existem saberes diferentes, segundo Paulo Freire. Todo ser humano deve ser reconhecido como tal, seja ou não escolarizado, todos devem ter direito a educação, a um conhecimento científico, a qualificações, mas devemos compreender e respeitar aquelas que de certa forma não conseguiram se alfabetizar, talvez pelo trabalho, pela vontade própria, pelos pais não poderem ter lhes dado este direito, ou seja, esta oportunidade.

Através de relatos observados no contexto de nossa prática pedagógica observamos que algumas dessas pessoas não internalizam os preconceitos, nem tão pouco, sentem-se diminuídas, não tem vergonha de serem pobres. A interação entre educador e educando permite que o ato pedagógico seja uma rica troca de experiências e aprendizados, pois todos têm algo a aprender e a ensinar.

Por isso, a leitura é um instrumento muito importante e, através dela, as pessoas aprendem a falar, ouvir e enxergar melhor o que se passa ao seu redor. Assim poderão exercer sua cidadania de forma crítica, não deixando que suas decisões sejam tomadas por outros, por acharem que não são capazes, podendo assim tornar-se cidadãos livres, pois, segundo Freire (1987, p. 23): “Ninguém liberta ninguém, as pessoas se libertam em comunhão”.

Podemos entender, através desses relatos que, as experiências vividas pelas pessoas analfabetas ou com pouca escolarização, repercutem na

dificuldade de continuar os estudos, reforçando o preconceito. Posso falar por experiência própria, que fui vítima de preconceito, de discriminação ao retomar os estudos, pois as pessoas mais jovens evitavam formar grupos para trabalhos em sala, mais não baixei a cabeça, não me sentia com menos saberes que as mesmas e quando o resultado dos trabalhos era positivo, foi que começaram a se aproximarem de mim e de outras pessoas da minha faixa-etária. Foi difícil. Na verdade é muito difícil, se você não tiver muita força de vontade de concluir qualquer meta que for, você para no meio do caminho.

O preconceito existe e não é de hoje, mas sim desde sempre. Em dias atuais procura-se combatê-lo, mas os mesmos que tentam este combate, também convivem com ele. Somos preconceituosos, não existe entre os seres humanos aquele que não carregue consigo este mal. Talvez não tenha a coragem de assumir, mas certamente e infelizmente não consegue viver e aceitar a forma de vida do outro, sua maneira de ser. O branco exclui o negro, o negro exclui o branco, o rico se acha melhor que o pobre, o magro se diz mais belo que o gordo, as pessoas das cidades ignoram as das zonas rurais, quem não tem defeito físico nem problemas mentais, se acha normal, quando na verdade não existe ninguém melhor nem pior, nem tão pouco anormal, o que existem são as diferenças e ser diferente é normal. No entanto, devemos nos aceitar, nos conhecer para poder aceitarmos o outro da forma que ele se apresenta, da forma que ele escolheu para viver.

Podemos ver que a partir do século XVII havia um discurso sobre qual a melhor maneira de educar, também, catequizar os índios e os negros, mas um documento do Conselho Político de Pernambuco com data de 1636 estabelecia que a ação educativa devesse focar apenas nos meninos, e não nos índios adultos. Na verdade, o que se subentende é que o Conselho não acreditava na capacidade de aprendizagem dos adultos, também sugeriam que os meninos deveriam crescer longe dos pais, para que não aprendessem os costumes e superstições dos mesmos.

É possível compreender que o preconceito predominava e que os jesuítas compartilhavam essas ideias e viam os adultos como viciados e incapacitados para educar seus próprios filhos. Logo seria necessário retirar os

meninos de sua convivência para evitar a contaminação dos vícios e “paixões bárbaras” segundo Daher (1998).

Por outro lado na primeira metade do Século XIX um fazendeiro paulista que não sabia ler e escrever, não era impedido de administrar sua fazenda e de comercializar escravos, dar ordens a mulher, aos filhos e a parentela, isto também ocorria por ser uma elite rural, ou seja, uma pessoa além de homem, rico, pois se entendia que se fosse um pobre ou mulher, dificilmente poderia ter total liberdade e poder. O referido fazendeiro rico, mesmo sendo analfabeto, votava nas eleições do parlamento e ainda pretendia tornar-se deputado devido ao grande poder que exercia na região que fica em torno da sua propriedade. Naquele período, se fosse uma pessoa escolarizada, mas que não exercesse poder, não poderia ser deputado nem tão pouco vereador.

Percebemos também que havia o predomínio da comunicação oral, pois naquele momento as formas de pensar baseadas na oralidade eram muito mais importantes do que a escrita. Até mesmo nas poucas escolas, o aprendizado era base da oralidade: Recitar, memorizar, repetir. Relativo à leitura silenciosa era praticamente desconhecida, além disto, o analfabetismo de forma alguma era motivo para afastar as camadas proprietárias do exercício do poder. Na época, eleger e ser eleito, só dependia da renda e não da capacidade de saber ler e escrever. Excluídos eram os pobres e aqueles que não comprovavam renda, como alguns comerciantes e mulheres, mas não aqueles que não sabiam ler e escrever.

Esta abordagem é bastante atual, uma vez que hoje, em pleno século XX, pode-se dizer que não fugimos deste contexto, não se pode generalizar, mas a elite ainda prevalece sobre os escolarizados que não conseguem comprovar renda, pois, existem tais fazendeiros proprietários, no domínio daqueles que apesar da leitura não conseguem liberta-se, ou seja, andar com suas próprias pernas. Na época, não havia dados precisos, mas o primeiro censo demográfico Brasileiro realizado em 1872 apontava que o índice de analfabetismo no país era de 80, 2% entre os homens e de 88,5% entre as mulheres.

Na metade do século XIX é observado que acontece uma aula noturna para os alunos maiores de 15 anos, dividida em duas “sessões”, uma para

aqueles que não sabiam ler e nem escrever e outra para os que possuíam alguma instrução, a aula ocorria na casa onde funcionava a escola durante o dia para crianças. Nesta época subte-se que A Constituição do Império, algumas leis e o Código Criminal serviam de base para o ensino da leitura e da escrita. Como finalidade do ensino para adultos, seria a “civilização”.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS DE ADULTOS COMO HUMANIZAÇÃO DO SER HUMANO:

O ser humano é pleno de possibilidades de humanização, mas também de desumanização (Souza, 1998). Trabalhar com a temática da humanização é fator essencial, pois nos tornarmos seres humanos ou também nos desumanizamos no decorrer de nossa vida.

Partimos, pois deste princípio para refletirmos sobre a importância da leitura na educação. Freire afirma que, a aprendizagem é interior, dá-se dentro de mim, mas tem que se exteriorizar. Por isso “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho. Os seres humanos se educam ao enfrentarem coletivamente os problemas que a vida apresentar” (FREIRE, 1987, p. 68).

De acordo com Souza (1996) a palavra humanidade não significa, pois e apenas um substantivo comum, coletivo dos seres humanos existentes no planeta terra. Quando escrevemos, falamos ou lemos rebanho, entendemos um conjunto de bois e vacas de uma fazenda. Não acontece o mesmo com a palavra HUMANIDADE, não e apenas o nome que damos ao conjunto dos seres humano que habita o planeta TERRA. Entendemos HUMANIDADE como a maneira própria de existir desse animal chamado de SER HUMANO, ou, simplesmente, homem. É O JEITO PRÓPRIO DE SER GENTE.

Tornar-se HUMANO é a finalidade de nossa EXISTÊNCIA. Humanos, independente do sexo e do gênero, da cor da religião ou da idade. IGUAIS NAS NOSSAS DIFERENÇAS; Pessoa e indivíduo.

Já Freire (2005), aponta como características principais da existência humana, sua condição de inacabamento e a capacidade que tem de reconhecer e transformar essa condição através do processo educativo:

Na verdade diferentes dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Tema a consciência de sua inconclusão. Daí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm (FREIRE, 2005, p. 83-84).

Neste processo de humanização a participação em processos educativos efetivos tem condição muito importante para a construção de nosso

sentido de ser. Ser significa também conhecer, aprender a ser mais, ser melhor e viver melhor com os outros. Com isto, “afirmamos que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos. (UNESCO/MEC, 2010, p. 6).

Assim, para se educar é preciso levar em consideração as diversas aprendizagens e novas formas de aprender do aluno. Este processo ocorre articulado a uma proposta de aprendizagem ao longo da vida em que o processo de aprender vai envolvendo o educando, num contínuo que vai da aprendizagem formal para a não formal e para informal.

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do continuum da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade. (UNESCO/MEC, 2010, p. 7).

Fica evidente, pois que o processo de alfabetização pretende, por meio da apropriação das linguagens e dos diversos saberes, possibilitar ao jovem, adulto e idoso educando a construção de sua autonomia e emancipação. Os prepara para encarar os desafios da vida, mediante suas complexidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho apresentou importantes reflexões sobre a construção da identidade dos educandos jovens a adultos. O mesmo destacou relatos apresentados tanto pelos docentes quanto pelos discentes, os preconceitos vividos pelos educandos, a realidade enfrentada pelos professores e alunos assim como as dificuldades, os avanços dentre os quais a EJA consegue ganhar destaque na agenda das políticas públicas brasileiras e a oferta de ensino noturno regular adequado as condições do educando a partir da Lei 9.394.

Neste estudo ficou elucidado que a construção da identidade do educador da EJA precisa se basear no contexto de sua prática pedagógica, na qual o processo de ensino e aprendizagem, dentro das necessidades dos alfabetizandos, precisa ampliar e resignificar este fazer diário. Seguimos as palavras de Freire, quando afirma que o fazer do educador tem que ser comprometido, engajado e amoroso. Para tanto o alfabetizador se forma como professor pesquisador mediante uma prática pedagógica refletida, pensada, sistematizada, avaliada, planejada e replanejada.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 09 set. 2012.

BRASIL, Cristiane Costa. *História da Alfabetização de Adultos: de 1960 até os dias de hoje*. Disponível em: <www.ucb.br/sites/100/103/tcc.cristianecostabrasil.pdf> Acesso: em: 23 de Dezembro de 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI Moacir; Romão José E. *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

MEC. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a Educação das relações étnico raciais* Brasília: SECAD, 2010.

SOUZA, João Francisco de. *A educação escolar, nosso fazer maior, Des(A) fia o nosso saber. Educação de Souza - Recife: Bagaço; Núcleo de ensino, pesquisa e extensão em educação de jovens e adultos e em popular da UFPE (NUPEP 1999)*

UNESCO. *Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da Prática*. Brasília: UNESCO, 2008. p. 20 a 27.

UNESCO. *CONFINTEA VI: Marco de Ação de Belém*. Brasília: MEC/UNESCO, 2010.

VANILDA, Paiva Pereira. *A Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

VÓLVIO, Cláudia; RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.) *Educação de jovens e adultos – Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental* São Paulo / Brasília, 1999.